

MAYO ESCUDERO, Juan – *El aislamiento de la “Provincia” Lusitana: socorrido liberalmente por Dom Le Masson*. Salzburg: Institut für Anglistik und Amerikanistik – Universität Salzburg, 2003. 147 p.

As páginas deste pequeno livro, devidas ao universitário Juan Mayo Escudero, procuram oferecer um contributo reflexivo em ordem a apurar as razões históricas que explicam a originalidade da experiência monástica cartuxa em Portugal. Desenvolvendo-se em pequenos capítulos, as suas páginas apresentam-nos informação pertinente em torno de temas e questões alusivas à entrada dos Cartuxos em Portugal e à sua evolução histórica geral até à extinção liberal de 1832-34. Parecem-nos particularmente relevantes, por exemplo, os dados muito pormenorizados e completos que disponibiliza acerca do número e identidade dos monges e conversos que habitaram nas Casas cartuxas portuguesas, dos priores que as regeram, dos visitantes que conheceram e dos (escassos) intelectuais e artistas que algum dia vestiram o hábito de S. Bruno em todo o longo período considerado.

O *ordo cartusienses*, fundado por S. Bruno em 1084, não se afirmou nunca por uma expectativa de rápido crescimento e multiplicação por toda a terra. Não a interessou nem o poder económico nem o político-eclesiástico. O *propositum vitae* dos seus monges assenta na vivência de um eremitismo marcado pela experiência mística e espiritual assumida no singular, sem que isso signifique uma opção radicalmente anti-gregária numa cultura cristã que tem, na transcendência de um Cristo que está no meio dos cristãos que se reúnem em Seu nome. O modelo é um tanto discipular e apostólico-evangélico na sua raiz vital. No ano de 1127, os monges da Grande Chartreuse aprovaram o primeiro Costumeiro da Ordem e só em 1142 foi celebrado o primeiro “capítulo geral”, matéria em que Cistercienses, Cluniacenses e Premonstratenses se anteciparam significativamente.

Como noutras Ordens Regulares, também os Cartuxos desejam sentir-se permanentemente unidos ao respectivo centro fundador, no qual reside a arca da sua memória e aliança umbilical. Os Capítulos Gerais propiciam essa unidade. As suas determinações e definições são, metaforicamente, como águas puras que dessedentam, purificam e reforçam o enlçamento dos Claustros periféricos à Casa-Mãe. Esta condição de vida religiosa é essencial, permitindo-nos compreender a relevância que ela assume na história dos Cartuxos portugueses.

Introduzida no País somente no século XVI, mais precisamente com a fundação, no ano de 1587, em Évora, do Mosteiro de *Scala Dei*, debaixo do patrocínio de D. Teotónio de Bragança, arcebispo daquela cidade, a Ordem Cartuxa viria a conseguir estabelecer, em 1597, tempos áureos do domínio filipino, em Laveiras, nas imediações de Lisboa, uma segunda Casa, a do Vale da Misericórdia. Lembraremos, contudo, que a entrada tardia da Ordem em Portugal não significa que fosse desconhecida ou menos apreciada por portugueses ilustres. A conhecida Duquesa de Borgonha, D. Isabel, mulher de Filipe, o Bom, falecida em 17 de Dezembro de 1471, viria a ser sepultada na Cartuxa de Champmol (Dijon). No mosteiro de Alcobaça, obras espirituais cartuxas eram apreciadas e traduzidas, nos alvares de Quatrocentos.

Portugal foi reiteradamente considerado, pelas estruturas centrais da Ordem de S. Bruno, como um país de extrema periferia, de “fim do mundo”. Só no último quartel de Quinhentos, como escrevemos, e dentro de um ciclo de “filipinização” da Igreja portuguesa, o Capítulo Geral da Grande Chartreuse autorizará as fundações de Évora e de Laveiras. Casas de vida exemplar, permanentemente afiliadas no contributo catalão e castelhano para a sua vivência regular, de onde chegam, aliás, priores e visitantes, tenderão a enformar uma “província lusitana” cartuxa, a qual, no entanto, não receberá nunca confirmação superior. Até 1614, os

Conventos lusitanos cartuxos integraram-se na Província da Catalunha; de 1614 a 1618, na de Castela. Em 1618, contudo, o Capítulo Geral dá o título de *Provincia Lusitaniae* aos Mosteiros portugueses, chamando a sua jurisdição directamente à Grande Chartreuse. D. Le Masson, prior-geral da Ordem concederá, nos finais do século XVII, estatuto particular às Casas de Portugal, autorizando-as a exercerem mutuamente o ofício de visitação entre elas (p. 40-41).

Monges de extrema e rigorosa disciplina, os irmãos portugueses de S. Bruno assumirão, com pragmatismo, essa distância geográfica do grande centro de comando da Ordem, posto que tenham procurado conscienciosa e diligentemente, no que foi um desejo perseguido por várias gerações, uma aproximação institucional mais directa, da qual resultavam reflexos na dimensão espiritual e ascética destas comunidades eborense e olisiponense, ao mesmo tempo que lhes assegurava, de modo mais formal e canónico, a plena comunhão e perfeita integração no universo cartusiano.

Revela-nos, esta obra, os esforços que os Cartuxos desenvolveram, sobretudo no longo reinado de D. João V, em ordem à promoção dessa ansiada maior proximidade e interdependência das Casas portuguesas com os centros cartuxos de decisão centro-europeus, estratégia a que o rei Magnânimo (1706-1750) levantou determinante oposição, convicto que estava da justeza da sua política de “nacionalização” dos “estados” eclesiásticos portugueses.

O texto é oferecido, em versão francesa assinada por Mlle. Marinha Mimoso, na parte final do livro (p. 106-146), no qual se compilam, também, numerosas ilustrações de aspectos artísticos e emblemáticos dos dois Mosteiros portugueses, contribuindo para o tornar num útil instrumento de informação acerca da presença desta austera Ordem contemplativa em Portugal<sup>1</sup>, no qual se viu restabelecida, depois da extinção forçada de 1834, por patrocínio do Conde de Vill’Alva, em 1960, ano em que os monges de S. Bruno regressaram à sua antiga Casa de Évora.

Saul António Gomes

COLÓQUIO MATÉRIA DA BRETANHA EM PORTUGAL, Lisboa, 2001  
– *Matéria da Bretanha em Portugal: actas*. Leonor Curado Neves;  
Margarida Madureira; Teresa Amado, coord. Lisboa: Edições Colibri,  
2002. 284 p.

Após um longo período pautado por um certo desinteresse e estagnação no âmbito das investigações relacionadas com a designada «Matéria da Bretanha», é de realçar a originalidade e a relevância da iniciativa do Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras de Lisboa ao recolher um vasto conjunto de artigos respeitantes a esta temática, outrora não muito valorizada pela crítica. Deste modo, propomo-nos recensar uma compilação de pequenos estudos correspondentes a um recrudescer actual em torno dos romances

---

<sup>1</sup> Devemos registar, aqui, a existência de uma monografia mais ampla sobre esta Ordem em Portugal, da autoria de J. Pinharanda Gomes, *A Ordem da Cartuxa em Portugal: ensaio de monografia histórica. Prefácio dos Cartuxos de Scala Coeli*. Salzburg: Institut Fur Anglistik und Amerikanistik – Universitat Salzburg, 2004. 362 p., il.